

Não vale a pena disfarçar, é cada vez mais urgente anular os passos já dados na privatização da TAP!

Esta semana trouxe duas novidades importantes ao processo de privatização da TAP, novidades que importa aqui destacar.

Em primeiro lugar, temos de destacar a tomada de posição da ANAC. Concretamente, a ANAC disse ter aprovado «recomendações para a conformação da alteração da estrutura accionista das transportadoras aéreas TAP, S.A. e Portugália, S.A.». Esta original declaração da ANAC destaca-se por aquilo que não quer ser, pois a ANAC tenta fugir aquilo que **acaba por ser obrigada a reconhecer: esta privatização é ilegal à luz da regulamentação comunitária** e Humberto Pedrosa é um mero testa-de-ferro para disfarçar o facto de a TAP estar a ser vendida a David Neelman. É significativo que a ANAC aprove recomendações para alterar aquilo que contraria a regulamentação comunitária, como se fosse possível acreditar que Humberto Pedrosa passasse a ser na Gateway aquilo que não é. O que a ANAC está de facto a fazer é pedir a Humberto Pedrosa e a David Neelman que disfarcem melhor a verdadeira estrutura accionista da Gateway, pois os documentos já tornados públicos tornaram impossível que a ANAC fingisse acreditar que se cumpria o requisito legal relativo ao controlo efetivo por Estados-Membros e/ou nacionais de Estados-Membros (alínea f) do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1008/2008, de 24 de setembro de 2008). E ao sublinhar que esta recomendação se reporta «apenas» à venda de 61% e não dos 95%, como de facto acontece, a ANAC acaba por também reconhecer que o requisito comunitário da participação maioritária no capital social passará a ser violado quando a venda se conclua, mas mais uma vez, **por razões políticas**, foge de assumir frontalmente essa conclusão.

O PCP sempre defendeu, e mantém essa posição, que não devem ser os regulamentos comunitários a determinar sobre as opções políticas e estratégicas do país. Mas não podemos deixar de destacar a facilidade com que contornam esses regulamentos, quando tal lhes interessa, aqueles que em nome das regras da União Europeia impõe sistemáticos e brutais roubos ao país.

Em segundo lugar, ficámos a saber que o Governo assumiu a responsabilidade de reestruturar a dívida da TAP antes da privatização se concretizar. Ora a não reestruturação dessa dívida, com um peso excessivo da dívida a um ano, foi uma das razões para justificar a necessidade de privatizar a TAP! Ou seja, porque a dívida não está reestruturada deve-se privatizar, mas antes reestrutura-se a dívida. Como o PCP tem alertado desde o início, existem duas razões para a opacidade com que a privatização da TAP tem sido tratada: porque é preciso esconder da opinião pública o verdadeiro valor da empresa; porque é preciso esconder que a TAP está a ser oferecida, assumindo os privados um pagamento meramente simbólico pela transferência de um património gigantesco.

Entretanto, como os trabalhadores da empresa continuam a alertar sistematicamente, a desestabilização da TAP com o processo em curso **é agravada por um conjunto de medidas negativas e perigosas, realizadas com o aval do Governo do PSD/CDS, que estão a colocar em risco o futuro da TAP:** prossegue uma política suicida de redução de trabalhadores; está-se a hipotecar as opções de compra dos novos A330 transferindo valor para a Azul; está a adoptar-se uma política de integração da operação da TAP na Azul que pode ter consequências mortais para a TAP, ainda piores que as ocorridas quando similar caminho foi percorrido com a Swissair.

O (ainda) Ministro Pires de Lima bem que pode continuar a garantir que tudo vai bem na TAP, com a mesma certeza que antes garantia que na AutoEuropa não se haviam fabricado automóveis com software fraudulento. Só comprova que o (ainda) Governo continua em campanha eleitoral, a tentar vender a falsa tese do milagre económico português, enquanto a sua política arrasta o maior exportador nacional para o abismo.

O PCP chama a atenção que com as eleições legislativas de 4 de Outubro de 2015, e a colocação da coligação PSD/CDS “Portugal à Venda” em minoria na Assembleia da República, **encontram-se hoje reunidas condições institucionais para anular o processo de privatização da TAP, para acabar com este longo processo de desestabilização da TAP e para discutir, adoptar e aprovar um Plano de Desenvolvimento da TAP enquanto empresa pública e estratégica do país**, que permita reparar os estragos impostos à empresa pela desestabilização a que tem sido sujeita, e contribua para que a TAP aumente ainda mais o seu peso na criação de riqueza em Portugal.

Cumprindo os compromissos assumidos com os trabalhadores da TAP e com o povo português, o PCP reafirma que apresentará, assim que os deputados tomem posse na Assembleia da República, uma iniciativa parlamentar de reversão dos passos já dados no processo de privatização da TAP.

O PCP, ao mesmo tempo que reafirma o cumprimento dos seus compromissos com os trabalhadores da TAP e com o país, dirige um apelo muito forte a que os trabalhadores da TAP façam crescer a sua luta contra a privatização e em defesa da empresa, condição essencial para potenciar as novas condições existentes na Assembleia da República.

Ainda vamos a tempo de evitar o crime contra a economia nacional que seria a privatização e destruição da TAP!

15 Outubro 2015